

# Editorial

Marcela Castro<sup>1</sup> 

Ana Pires do Prado<sup>2</sup> 

A Revista Contemporânea de Educação (RCE) apresenta, em seu volume 17, número 39, 12 artigos de fluxo contínuo e um texto resenhista, mantendo a característica de ampliar o diálogo com a diversidade de temas que perpassam, no tempo presente, os estudos sobre a educação pública brasileira, no tocante às políticas públicas educacionais, formação e atuação docente.

No campo das políticas públicas educacionais, o artigo “Financiamento da educação nas prefeituras da Região Serrana/RJ na pandemia”, de Fábio Araujo de Souza, analisa, em âmbito municipal da Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, as receitas e as despesas pagas com verbas de impostos à educação, no exercício financeiro de 2020. O levantamento de dados nos sites do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e do Portal de Transparência dos Municípios demonstra a aplicação em despesas ilegais e indevidas no contexto da Covid-19.

No artigo intitulado “Implicações da Resolução CNE/CP nº 02/2019 na formação docente de profissionais não licenciados”, Maria Leudysvania de Sousa Lima Gadêlha, Antonio Wherbty Ribeiro Nogueira e Ana Cristina de Moraes discorrem sobre a formação pedagógica dos profissionais graduados não licenciados que desejam habilitar-se ao magistério. Em interlocução com as recentes reformas educacionais – Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio – e considerando o número de profissionais não licenciados que atuam na educação básica, os autores problematizam a depreciação da profissão docente, a precarização e o aligeiramento da formação pedagógica dos profissionais que pretendem habilitar-se ao magistério.

Rui Anderson Costa Monteiro, Paloma Tavares Ferreira Rocha, Tatiana Pereira de Freitas Reis e Alessandro Barreta Garcia discutem, no artigo “Plano Nacional

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

de Educação 2014-2024 e a formação de professores”, as metas 15 e 16 que, decorrentes do ordenamento anterior, o PNE 2001-2010, ampliam a formação dos professores da educação básica para a pós-graduação. Entretanto, os autores argumentam que, como o objetivo do primeiro não foi atingido, o plano em vigor induz à produção de um discurso que justifica o insucesso da gestão e afirma o fracasso educacional com metas inatingíveis.

O quarto artigo deste número, “O trabalho docente na política de Turno Único-RJ (2009-2017)”, de autoria de Flávia Martins e Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho, discorre sobre o significado do trabalho docente nos primeiros anos do ensino fundamental no contexto de implementação da política municipal carioca de Turno Único. As características do trabalho como de atividade alienada, de cunho técnico-instrumental, privilegiando a dimensão individual em detrimento do trabalho coletivo, são considerações ressaltadas pelas autoras.

Sobre a formação docente para a atuação com alunos surdos em ambientes virtuais de aprendizagem no âmbito da educação profissional técnica, o artigo de Camila Alves dos Santos e Kári Lúcia Forneck intitulado “Ensino de Libras em aulas remotas: uma reflexão sobre a docência” articula as concepções sobre o ensino de libras e a ação docente. As autoras defendem o uso de metodologias ativas para atuação na modalidade de ensino a distância, pelas dificuldades de adaptação de metodologias e busca de otimização do tempo de aula para uma boa atuação docente.

No artigo “Motivos para ingresso, permanência e evasão na licenciatura em química”, Alessandra Batista de Godoi Branco e André Luis de Oliveira apresentam fatores que motivam/desmotivam acadêmicos(as) do curso à escolha e permanência na licenciatura. Os autores consideram em sua análise que a formação e a valorização dos professores aparecem como quesitos importantes para o ingresso e a continuidade dos estudantes no curso.

Ainda sobre o ensino superior, o acesso e a permanência de estudantes com deficiência visual são analisados por Elisabete Cristina Pereira Eches, no período de 2009 e 2018, no artigo “Estudantes com deficiência visual na universidade: indicadores educacionais brasileiros”. Por meio de dados dos alunos, recursos de acessibilidade dos cursos e arquitetônica, a autora pondera sobre os desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência visual no acesso e na permanência no ensino superior.

Em “O percurso histórico do ensino médio brasileiro (1837-2017)”, Paula Trajano de Araújo Alves, Solonildo Almeida da Silva e Sandro César Silveira Jucá discorrem sobre a oficialização e a estruturação do ensino médio brasileiro no período em questão considerando o contexto político, social e econômico. A partir da análise de leis e de decretos publicados pelo governo brasileiro que tratavam diretamente das reformas ou mudanças estruturais do ensino médio, os autores concluem que as reformas nessa etapa de ensino justificavam-se pelas demandas do capital.

Jarlisse Nina Beserra da Silva, Ana Paula Almeida Ferreira, Maritania dos Santos Padilha e Jackson Ronie Sá-Silva apresentam reflexões sobre as relações de gênero entre as crianças na escola no artigo “Vivências escolares e relações de gênero na educação infantil”. A pesquisa etnográfica, realizada em uma organização escolar situada na cidade de São Luís, no estado do Maranhão, considera a necessidade de reflexão sobre as relações de gênero pelos profissionais da educação, possibilitando estratégias pedagógicas orientadas à resistência das desigualdades de gênero presentes na sociedade.

“A caixa escolar na historiografia educacional brasileira recente (2011-2021)”, artigo de autoria de Alana Souza Luz e Juarez José Tuchinski dos Anjos, constitui-se como objeto de atenção no campo da história da educação brasileira e realiza um balanço das pesquisas sobre a caixa escolar, buscando destacar as características, o funcionamento e os usos deste objeto no passado educacional brasileiro.

O artigo de Luiz Martins Junior, Rosa Elisabete Militz Wypczynski Martins e Ana Paula Rudolf, “Fábrica de aplicativos: aprendizagem colaborativa no ensino secundário de Portugal”, tem como objetivo socializar atividades realizadas em uma prática pedagógica denominada “fábrica de aplicativos” desenvolvida com estudantes do ensino secundário de Portugal. Os resultados apresentam elementos que indicam papel relevante na conversão de informação em conhecimento, possibilitando, tanto compreender a presença e a fluência no uso das tecnologias digitais da informação e da comunicação, quanto o estímulo do trabalho colaborativo.

Em tempos de necessárias reflexões sobre democracia e liberdade, o artigo de Amabriane da Silva Oliveira Shimite e de Fabiana Oliveira Koga revisita e reflete sobre os conceitos e os sentidos que compõem o livro “Pedagogia da Esperança” de Paulo Freire no artigo “Análise da configuração textual: pedagogia da esperança”. Num

exercício de crítica reflexiva, o livro é analisado como parte de um discurso inovador, ousado e corajoso na perspectiva docente e discente.

A resenha que fecha este número da RCE tem como proposta pensar a formação e a educação de individualidades humanas livres a partir do livro “A pedagogia *waldorfe* e a antroposofia” de Camila Bourguignon de Lima, publicado no ano de 2020, traduzida para o português pela editora antroposófica do original “*Waldorfpädagogik und anthroposophie*” publicado em 2018, por Peter Selg. A resenha indica que a intenção da publicação é complementar a obra biográfica de Rudolf Steiner ao explorar o envolvimento do educador na criação da primeira Escola Waldorf, detalhando a ciência antroposófica recorrentemente considerada como controversa, sendo discutida até o tempo presente.

Boa leitura e até o próximo número!